

Comunicado

ANFAJE preocupada com 500 milhões de euros de fundos comunitários alocados a uma política de Reabilitação Urbana low-cost

ANFAJE mantém a sua posição contra um “regime low-cost” para a Reabilitação Urbana

Oeiras, 30 de Julho de 2014 – O «Regime Excepcional para a Reabilitação Urbana» foi tema do seminário organizado pelo LNEC, IHRU e pelo InCI, no dia 29 de Julho. O evento realizou-se sob a égide da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e decorreu nas instalações do LNEC.

Recorde-se que, no passado dia 8 de Abril, foi publicado em Diário da República, o «Regime Excepcional para a Reabilitação Urbana» (RERU), Decreto-Lei n.º 53/2014, que permite a reabilitação dos edifícios concluídos há pelo menos 30 anos com dispensa de cumprimento de requisitos técnicos em diversas áreas, desde acessibilidades e protecção anti-sismo até à melhoria das condições de conforto térmico e acústico, passando pela melhoria da eficiência energética.

O Governo justifica a não obrigatoriedade destes requisitos mínimos, exigidos em alguns regulamentos nacionais (RGEU, REH, RECS e RRAE) e em diversas Directivas Europeias, alegando estar a promover uma política de reabilitação urbana que pode obter uma poupança económica significativa na realização dessas obras.

Porém, com a vigência do RERU perde-se a oportunidade de melhorar a qualidade da construção existente, nomeadamente dos edifícios com mais de 30 anos, que em muitos casos têm uma qualidade muito baixa, o que se traduz num baixo nível de conforto térmico e acústico para as famílias nas suas próprias casas e num consequente aumento constante da sua factura energética. Perdem as famílias e perde o país.

Como já foi dito pela ANFAJE, apostar na melhoria da eficiência energética na reabilitação das habitações é melhorar o seu conforto térmico e acústico e diminuir o consumo energético no aquecimento e no arrefecimento das habitações, com consequente poupança económica para as famílias. O RERU não serve a necessária dinamização de políticas públicas de apoio à reabilitação de edifícios. Reabilitação com enfoque na melhoria do conforto térmico e acústico e consequente melhoria da eficiência energética.

Perante as recentes declarações do Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia de que o Governo prevê alocar cerca de 500 milhões de euros provenientes dos fundos europeus do Portugal 2020 para a reabilitação urbana, a ANFAJE reitera a sua posição contra uma reabilitação, a que chama de “reabilitação low-cost”. A ANFAJE está preocupada com a intenção do Governo em usar investimento comunitário ao abrigo de uma legislação que vai beneficiar uma reabilitação de má qualidade e de curto prazo, em vez de aproveitá-lo para incentivar uma reabilitação de qualidade e de médio e longo prazo. Esta deve ser uma oportunidade para que os

fundos europeus sirvam para melhorar a qualidade do parque edificado português e requalificar milhares de profissionais do sector da construção para trabalhos na área da reabilitação.

Além disso, a ANFAJE não entende como este regime de exceção, que vigorará por 7 anos, vai conviver com os objectivos da Directiva Europeia de Desempenho Energético dos Edifícios, com as metas do PNAEE – Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, entre outros regulamentos, diplomas e portarias aplicáveis aos projectos e à construção. Nesta matéria, Portugal está assim a ir em sentido oposto àquilo que tem vindo a ser implementado em todos os países da União Europeia e com o qual se comprometeu em Directivas Comunitárias: a melhoria do desempenho energético dos edifícios.

Neste sentido, e tendo em conta as necessidades de requalificação existentes, a ANFAJE continua a criticar fortemente o «Regime Excepcional para a Reabilitação Urbana» (RERU), publicado em Diário da República pelo Governo, no passado dia 8 de Abril, e a defender a sua revogação. Ao contrário do que refere o Governo, políticas activas na área da Reabilitação Urbana não avançam pelo facto de existirem “requisitos técnicos” que encarecem os projectos e as obras, mas por falta de instrumentos de financiamento aos promotores imobiliários e aos proprietários. Porventura, uma função para um Banco de Fomento que possa servir o desenvolvimento e o crescimento da economia portuguesa.

Com excepção de algumas normas obsoletas presentes no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), publicado em 1951 (!), as quais urge alterar, a existência de disposições e requisitos técnicos asseguram que a reabilitação dos edifícios portugueses seja feita com base na qualificação dos projectos, das empresas de construção responsáveis pela obra, na qualidade dos materiais e na aplicação de novas técnicas de construção com o objectivo de melhorar e acrescentar valor aos edifícios existentes.

A ANFAJE continua assim a defender a revogação do RERU, sendo necessário iniciar urgentemente trabalhos de criação de um Código da Edificação, num debate alargado com todos os agentes envolvidos na fileira da construção e do imobiliário português.

Para mais informações contactar:

Anfaje – Associação Nacional dos Fabricantes de Janelas Eficientes

Susana Nunes

Tel. 21 445 70 70

janelaseficientes@anfaje.pt